

Resumo: *Crer e viver são dimensões indissolúveis desde as primeiras testemunhas da novidade de Jesus Cristo. O credo, reivindicado como apostólico e ecumênico, moldou os comportamentos de cristãos e cristãs em consonância com a confissão de fé. Ao avançar na sua trajetória pelos tempos, a Igreja encontrou contextos com desafios novos, que exigiam outras configurações do seu agir ético. Observem-se as transformações a partir da reciprocidade e cumplicidade nascidas do evangelho ouvido; a dinâmica da casa se modifica, inspirada na vivência na comunidade de iguais, conforme os escritos paulinos. A geração seguinte sente que precisa fazer reparos na orientação ética, que mais se parece à manutenção do status quo nas interrelações dos atores cristãos no âmbito doméstico, bem como na esfera pública maior. Que configuração ética corresponderá à confissão de fé em nosso contexto, com seus desafios no que diz respeito à casa e sua dinâmica?*

Abstract: *The profession of faith and the style of life are two inseparable dimensions since the first faithful people adhering to the new tenets of faith in Jesus Christ. The Creed in its format of apostolic and ecumenical patterns shaped the behavior of Christians in accordance with their adherence to their belief. In the growth and historical development, along the different periods of time, the Church had to attend new contexts and challenges requiring distinct configurations of its ethical behavior. Suffice it to point out the transformations within the appropriation and complicity implied in the process engaged in listening to the Gospel, or the dynamics of livelihood inspired by a specific lifestyle, in accordance with the norms described in the Pauline Epistles. The following generation felt the need to adjust the ethical guidelines so as seeming to maintain the status quo among the Christians both in private and public. These ethical norms of behavior are pertinent to the type of belief in our time and age? Shouldn't we ask whether they correspond to the challenges of domestic life in today's society?*

Casa e casamento em foco: Credo e agir ético em perspectiva ecumênica

*Renatus Porath**

* O autor é doutor em Teologia pela Ludwig-Maximilian Universität de Munique/Alemanha, linha de pesquisa Texto e Contexto do Antigo Testamento; pastor ordenado da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); atuante na área da formação na IECLB e na Ecumene; pastor voluntário na Igreja Martin Luther (Paróquia Centro de São Paulo) de 2006-2014.



Introdução

“A casa não cai!” Esta era a certeza que durou por séculos sem fim, garantindo aos integrantes da família o necessário ou até o indispensável para o seu ser-no-mundo: estabilidade da relação homem-mulher, berço acolhedor para a prole, crescimento de filhos em direção a maturidade e autonomia, exercício da liberdade da geração mais jovem, profissão muitas vezes legada de pai para filho, aprendizagem do papel reservado para as filhas – ser mulher e mãe. A sociedade maior não passava de uma casa, elevada a respeitável potência; a hierarquia e a dinâmica que vigoravam no espaço doméstico, muitas vezes eram simplesmente transplantadas para as demais instituições sociais. Quem ousaria tocar nesse núcleo familiar, nesse fundamento da estrutura maior?

Muita água correu por debaixo dessa ponte chamada família, sem oferecer grandes riscos para a sua estrutura. E não cabe aqui expor a história da família desde a sua constituição até o surgimento de novas configurações, exigindo espaço e direito de existência ao lado do formato de família que as gerações de nossos pais nos legaram.

Na busca pelo ético, nessa esfera das múltiplas relações do espaço chamado família, e isso a partir do prisma da fé cristã, enormes desafios se colocam diante de uma realidade em constante mutação. O até então estável núcleo ganha feições de extrema fragilidade, suscetível a todo e qualquer impacto, ameaçando suas relações internas, deixando marcas no emocional, sem falar do desajuste que pode acontecer em seu interior, obstruindo o desenvolvimento escolar e excluindo crianças, especialmente as pobres, da dinâmica social, empurrando-as à marginalidade.

Quantos desafios se colocam à comunidade cristã, que desde os seus primórdios elegera justamente a família como ponto de partida para a sua missão. Como modelo para a vida de fé em comum nos primeiros séculos da nossa era, as testemunhas da novidade de Jesus Cristo serviam-se da comunidade judaica na qual a casa é o espaço onde nasce e se desenvolve a fé; a sinagoga é extensão dessa esfera doméstica. Também a atividade missionária da Igreja primitiva iniciava na esfera da família, para então, paulatinamente, estender-se no espaço público, constituindo aí seus recintos sagrados. Nos escritos de Paulo, encontramos várias referências a comunidades identificadas como grupos que se reúnem em casas: Paulo saúda “a comunidade doméstica deles”, referindo-se à casa de Prisca e Áquila em Éfeso (Rm 16,5; 1Cor 16,19)



ou mencionando “os (santos) da (casa) de Aristóbulo” ou de Narciso (Rm 16,10-11; cf. Fp 4,22). “Os da casa de Cloé” (1Cor 1,11) passam ao apóstolo informações sobre os conflitos vividos na “igreja de Deus que está em Corinto” (1Cor 1,1). Seria o conjunto das comunidades domésticas que compõem o todo do povo cristão nessa cidade? É claro, a sinagoga serviu de modelo sociológico para a jovem comunidade cristã, sem falar da linguagem antropológica e teológica que ambas as comunidades têm em comum.

Também é inegável que a estrutura da casa e sua administração, existentes nas cidades greco-romanas, devem ter servido de modelo para a dinâmica da comunidade cristã, gerando funções a serem exercidas entre os que partilhavam a mesma fé (p. ex. bispos/supervisores, diáconos/servidores; cf. Fp 1,1) e emprestando padrões de comportamento que ajudaram a moldar os novos códigos éticos (Ef 5,22-6,1-9; Cl 3,18-4,1).

Elaborar parâmetros éticos tornou-se tarefa urgente em nossa aldeia global que usufrui da imediatividade da comunicação, socializando conhecimentos que beneficiam ou poderiam beneficiar a todos, possibilitando ações solidárias e a desconstrução de desigualdades sociais insuportáveis. Enormes desafios se colocam diante de nós, porque não podemos mais nos esquivar ou desculpar com um “não sabíamos”. A grande comunidade cristã, escandalosamente fracionada entre si, é desafiada a dar a sua contribuição singular nesse cenário multicolorido e multicultural, mas que continua marcado pela falta de equidade no uso dos recursos e pela não garantia de direitos a grande parte de quem efetivamente habita nessa aldeia. É verdade que cristãos e cristãs poderão andar de mãos dadas com tantas outras pessoas comprometidas com o bem comum, enfrentando o que vem à mão, respondendo a desafios concretos, executando projetos de superação de injustiças e desigualdades e desenvolvendo planos de cura das feridas do mundo. Somos chamados a participar na confecção do *ethos* comum e fundamental, e zelar pela sua concretização no concerto das culturas e povos (Hans Küng). Vamos caminhar com os demais moradores da aldeia não só a primeira milha cobrada de nós, mas ainda buscar fôlego, apressar o passo e completar solidariamente a segunda parte do trajeto (Mt 5,41).

Como se dá essa construção do ético que nasce da fé cristã com compromisso ecumênico?



1 O agir que corresponde ao credo

Uma fé que não toma forma concreta, não adquire corpo, não se manifesta nas relações recíprocas e no estar junto dos que creem, é vazia (Tg 2,17) e não faz sentido.

Fé e vida, crer e viver estão inseparavelmente unidos na agenda da atividade apostólica de Paulo. Basta ver as estruturas das cartas paulinas e pastorais: a Carta aos Romanos, por exemplo, reserva os 11 capítulos iniciais para exposição do credo, reservando os 4 finais para a resposta e a materialização da fé no inter-relacionamento na esfera comunitária e pública. A primeira geração vivia na iminente expectativa do retorno de Cristo (Rm 12,11-14) e sua ética precisava cobrir esse ínterim, limitando-se com isso ao essencial para que a vida correspondesse ao novo credo (Rm 12,1-13,10).

À medida que o prazo se delonga, e o dia de Cristo tarda em vir, a comunidade é chamada a responder a novos desafios diante de sua permanência mais demorada no espaço e no tempo. As cartas de Efésios, Colossenses e as pastorais são oriundas dessa segunda geração do cristianismo primitivo. Observe-se que a parte da parênese, a instrução ética (Ef 4-6), cresce em relação à parte dedicada ao credo (Ef 1-3).

Diante da nova situação em que a comunidade cristã continuava inserida, nas estruturas sociais vigentes, com suas instituições como família, economia, governo, escravismo e outras, e nem sempre fáceis de conjugar com o potencial libertador advindo da fé, tornava-se imperiosa uma ética que respondesse ao novo momento. Não bastava apenas repetir o que fora elaborado antes na atividade missionária das primeiras décadas; com a mesma autoridade, em nome do mestre Paulo, discípulos seus elaboram uma ética condizente aos novos desafios para uma Igreja que avançava história adentro.

Ao elaborar a postura do liberto em Cristo diante da condição de escravo, Paulo percebe o potencial que facilmente o poderia ter levado a lutar pela abolição (Gl 2,28; 1Cor 7,20-24; Filêmon). Recomenda explicitamente “*não vos torneis escravos de homens*” (1Cor 7,23b), mas ele não ultrapassa o limiar para a transformação social. Diante da realidade escatológica que está por desencadear-se com a chegada do “dia de Cristo” (Rm 13,11), a tradução da liberdade cristã em luta pela alforria não era prioridade. O escrito de Efésios, oriundo da escola paulina, poderia ter potencializado a percepção do mestre, elaborando



para a Igreja, que precisava conviver por mais tempo com as estruturas vigentes deste mundo, uma ética libertadora que chegasse a tocar nas feridas abertas pela instituição escravista do mundo antigo, mas sua opção aprofunda ainda mais a tendência pela manutenção do *status quo* (Ef 6,5-9). Algo semelhante pode ser observado no trato da questão da família e suas relações. O apóstolo Paulo afirmava uma comunidade de iguais, sem hierarquia de homem sobre mulher, de judeu sobre grego, de livre sobre escravo, na parênese paulina (Gl 2,28; 1Cor 7,15). Mas essa nova consciência oriunda da fé não ultrapassa os muros eclesiais, e não interfere no sistema social maior. Quando a geração seguinte elabora o código doméstico no escrito dêutero-paulino de Efésios, deparamo-nos com a afirmação explícita de paternalismo e androcentrismo, introduzindo sutilmente hierarquia e desigualdade até mesmo no intramuros da comunidade de fé (Ef 5,22-6,4).¹

Esta breve visita à construção do ético na atividade missionária apostólica e na geração que se segue mostra sinais de quão variável ela é, e isso já nas primeiras gerações das testemunhas neotestamentárias. A comunidade cristã dos primórdios pode revelar uma enorme liberdade na elaboração de postura e ação que correspondem ao seu credo, principalmente quando descobre que precisa se preparar para uma longa jornada em meio às múltiplas contradições da história humana. O potencial explosivo da liberdade que nasce do credo cristão, criando comunidade de iguais, deixa a desejar quando traduzido em formas concretas de vida em sociedade. Terá sido a experiência de martírio que levou os membros da comunidade cristã a “*exercer a cidadania*” (Fl 1,27) com mais cautela, evitando o confronto com os detentores das principais instituições da cidade e da sociedade greco-romana?

Em todo caso, o testemunho bíblico nos revela que a vivência do evangelho pode ter outra configuração de uma geração para outra. O que uma assumia como exercício da liberdade nascida do evangelho, a próxima não pode mais simplesmente repetir. O código ético anterior pode não mais corresponder ao evangelho e à prática do amor em outro tempo, correndo o risco de até negar a verdade libertadora. Novas

¹ Para Rosemary R. RUETHER (1993, p. 35), “*A ambiguidade de Paulo para com esta visão [igualitária], bem como a patriarcalização do cristianismo que ocorreu na tradição dêutero-paulina, suprimiram essa visão inicial. A Igreja pós-paulina sustentou, de modo mais veemente ainda, como normais, as relações patriarcais de marido sobre esposa, de senhor sobre escravo. Assim, a visão igualitária contracultural precisa ser lida nas entrelinhas do Novo Testamento.*”



variáveis precisam ser consideradas, para que a vida no novo contexto continue prática do amor que nasce da fé (Gl 5,6).

O mundo, tanto na macroesfera quanto na microesfera, expandiu-se, com o conhecimento científico, de uma forma quase imensurável; em tempo real tudo é comunicado a todos, conquistas nos diferentes campos e derrotas em outros tantos. Como administrar tanto impacto de experiências de alegria e dor, de justiça e desigualdade? Como viver de forma responsável, sem sucumbir sob o peso de tamanhas informações? Uma postura condizente, uma ética que dê conta dessa realidade complexa precisa ser elaborada de forma conjunta, sem dispensar qualquer ajuda de quem quer construir relações de reciprocidade no convívio.

A comunidade cristã contemporânea é desafiada a conhecer o seu tempo, para o qual se sabe chamada ao seguimento de Jesus Cristo e a concretizar a vontade de Deus. Se é verdade que testemunhamos um Deus que reivindica estar em meio à nossa realidade circundante, e que seu ser Deus não se limita a tapar furos e buracos deixados pela pesquisa científica, cabe a cristãs e cristãos dizer o que cremos, e firmar relações de reciprocidade que visualizem o amor decorrente da fé. O mundo em um processo acelerado de mudanças em muitos níveis deixou de prestar atenção à voz da comunidade cristã e de suas respectivas lideranças. O testemunho cristão talvez tenha algo a reconquistar nesse sentido, pois a Igreja de Jesus Cristo é chamada a participar da busca por sentido numa realidade complexa e ambígua; ela faz perguntas e ensaia respostas, acreditando que existem analogias entre as experiências, as situações, as crises vividas na sua longa história de dois milênios, e os desafios, os questionamentos, as incertezas, neste nosso tempo de transformações incessantes.

Se existe algo que alimentou e ainda alimenta a ação ética de quem pertence à comunidade cristã, é a reciprocidade e a cumplicidade no inter-relacionamento (Rm 12,5). A acolhida vivenciada pela fé em Cristo, conferindo a consciência de liberdade presenteada por Deus (Gl 5,1), possibilita a acolhida mútua (Rm 15,7), uma vontade de estar junto, de querer-se bem apesar de outras tantas diferenças. Nas porções exortativas, especialmente nas cartas paulinas, a expressão *uns-aos-outros* (mutuamente/reciprocamente) ocorre com frequência, pois é na dinâmica da relação mútua que se materializa o credo com sua eficácia libertadora. Os imperativos éticos vêm acompanhados desse complemento indispensável para que haja comunidade de iguais, cúmplices não só de uma nova consciência de liberdade que vem da fé, mas também



partícipes de uma nova qualidade na relação mútua. O apóstolo dirige-se à comunidade, lembrada de sua nova condição a partir do evangelho, com um “*servi-vos reciprocamente através do amor*” (Gl 5,14), para que a vida comunitária não se transforme numa agressividade mútua levando à destruição (Gl 5,15). Ele não se cansa de conchamar os destinatários de suas cartas para que tornem real e concreta essa reciprocidade inerente à comunidade de Jesus Cristo, à qual todos estão unidos como membros interdependentes de um mesmo corpo (Rm 12,5). E a forma de viabilizar essa expressão corporal da fé é a reciprocidade do amor, da honra concedida primeiramente à outra pessoa, do cuidado do outro com suas necessidades, da acolhida do fraco, especialmente do “frágil na fé” e do cultivo de uma mesma mentalidade: Somos todos mendigos que batemos à mesma porta! (Rm 12,9-18).

Uma vez garantida a ação que nasce do amor, nada mais há o que temer, e a primeira geração da comunidade primitiva não se detém numa elaboração casuística de posturas e comportamentos desejáveis e coerentes com o credo. A parênese apostólica parece acreditar na inventividade desse amor que dá de comer ao inimigo necessitado, oferece água ao adversário sedento (Rm 12,20) e que ora pelos seus algozes: “*Pai, perdoa-lhes porque não sabem o fazem*” (Lc 23,34; cf. At 7,60). A máxima da ética de Agostinho – “*Ama e (então) faze o quiseres*” / *Dilige et quod vis fac* – reproduz bem esse ponto de partida da ética na comunidade dos primórdios.² Essa fonte para ação não levará a ações mediocres e egoístas, mas dela fluirá a reciprocidade e um *estar-aí-de-um-para-o-outro*, que persegue “as coisas da paz” e “as da edificação mútua” (Rm 14,19). A nova dinâmica nas relações recíprocas iniciará nas próprias fileiras da “família da fé” (Gl 6,10) mas não ficará restrita a seus muros; seus “construtores de paz” (Mt 5,9) chegarão a outros canteiros de obras que visam o bem comum. A comunidade cristã participará na construção de um agir ético comum com validade para todos

² A máxima agostiniana é explicitada: “*Ama e faze o que quiseres. Se calares, calarás com amor; se gritares, gritarás com amor; se corrigires, corrigirás com amor; se perdoares, perdoarás com amor. Se tiveres o amor enraizado em ti, nenhuma coisa senão o amor serão os teus frutos.*” (*In epistolam Ioannis ad Parthos, tractatus VII, 8*). Ensaia-se hoje novas aproximações do sentido do verbo “amar” (em gr. *agapáo*) e de seu derivado “amor” (*agápe*), sugerindo-se como substituto “cuidar” e “cuidado” como mais adequados do que o termo desgastado “amor” ou mesmo o usual “caridade” (cf. Leonardo Boff [1999, p. 33] e Ênio Mueller [2005, p. 15]). Cuidado = *agápe* como movimento dirigido à outra pessoa ou à mãe-terra parece uma boa sugestão, mas não o é quando o NT emprega o termo para referir-se ao movimento dirigido a Deus (p. ex. “cuidar de Deus?”).



os integrantes da sociedade maior em que está inserida, mas em toda ética vem primeiro o *humanum*, e só depois deverá seguir o específico *christianum*, como o defende o teólogo Wolfgang Trillhaas³.

2 O desafio do compromisso ecumênico⁴

Boa parte da literatura paulina nasce a partir da necessidade de afirmar e defender o núcleo do ensino (*didaquê*, Rm 6,17; 16,17; 1Cor 14,26) que fundou a nova comunidade. Havia uma preocupação com o conteúdo, isto é, com a palavra, o evangelho (1Cor 15,1-2), que não deveria destoar daquilo que as outras testemunhas apostólicas proclamavam. Apesar de Paulo insistir que recebera sem qualquer mediação a boa nova que ele prega aos gentios (Gl 1,11-12), ele faz questão de expor o núcleo da mensagem, que ele “entrega” por onde passa, a ninguém menos do que aos “respeitados como colunas” da igreja cristã (Gl 2,9). Para ele é importante que a “entrega” da mensagem que ele faz esteja “em pleno acordo” com aquilo que é transmitido (=tradição) pelos demais apóstolos (1Cor 15,3a). Ele proclama e defende um ensino (*doutrina*) que deve estar em consonância com o credo das primeiras testemunhas apostólicas, é sobre esse credo que se firmam as comunidades fundadas por ele. Havia um compromisso com a unidade do credo, mesmo que ele se desdobrasse em uma missão dirigida ao público greco-romano (gentílico) e outra se concentrasse no ambiente judeu (Gl 2,9). Essa unidade se visualiza, vendo representantes da diversidade estendendo a “destra da comunhão, *koinonia*” e comprometendo-se com o cuidado com os pobres das comunidades da Judeia (Gl 2,7-10). A comunhão no credo é confirmada por uma ética do cuidado mútuo, assumida pelos apóstolos e suas comunidades.

Durante a história da Igreja, a luta por um credo comum obteve avanços e sofreu revezes. Culturas e línguas diversas presentes nas

³ No seu manual que ele simplesmente chama de *Ethik* (1959: VI), ele formulou assim: [...] também uma ética cristã não pode ter um tema diferente do de qualquer ética, a saber, a questão do ser humano. Sua pergunta é a seguinte: de que modo eu, como cristão, aceito o fato de que sou um ser humano como os demais também o são? A ética cristã não extrai seus temas de uma fonte diferente daquela de toda ética. Esse ser-humano ou essa condição humana, que também é seu tema, já teve seu início antes do batismo. O que significa o fato de que o batismo se acrescenta a essa vida, mas justamente só “se acrescenta”? (p. VI) (apud Hermann BRANDT (2005, p. 55).

⁴ O diálogo com as outras comunidade religiosas, da chamada “macro-ecumene”, ficará para outro momento, apesar de que esse é igualmente urgente em uma sociedade multicultural e multirreligiosa como a nossa.



comunidades de fé nem sempre facilitam a elaboração de credos que conquistem a unanimidade. É claro, aquilo que deve ser entregue à geração seguinte como novidade cristã que responda a desafios atuais, tinha formatos e extensões diferentes segundo as partes envolvidas. Mas o que é que precisa constar na descrição daquilo que recebemos dos pais da fé, e que precisa ser confiado às comunidades que nos sucederão? O que deve fazer parte desse núcleo inalienável da tradição da proclamação cristã, capaz de construir pontes entre as confissões eclesiais particulares? Essa conversa entre as partes que sofrem com a falta de uma confissão de fé em comum, ecumênica, e que pode reivindicar “catolicidade”, deverá continuar e, com certeza, trará frutos.

Com este conceito ‘católico’ reconhece-se que a Igreja é uma comunhão enraizada no evento de Cristo que atravessa os tempos. Com ele se afirma que Deus reuniu um povo santo, e continuará a fazê-lo, no qual é proclamado o Evangelho. Esta comunhão, um povo sob Cristo, partilha da fé no Deus triúno, estima a Escritura Sagrada e se utiliza dela, recebe o Batismo e a Ceia do Senhor, possui um ministério ordenado e confessa ser Igreja una, santa, católica e apostólica.⁵

Nesta busca pela comunhão intereclesial, em ação e diálogo, precisamos nos dar conta de que as famílias de fé nem sempre falam a mesma linguagem, nem sempre têm expressões idiomáticas que querem dizer o mesmo em outras palavras. Descobrir o espírito atrás da letra das confissões, declarações e liturgias do outro, é um desafio e uma oportunidade para perceber que temos mais em comum do que à primeira vista possa parecer. Essa aceitação mútua fará com que possamos estender “a destra da comunhão” (cf. Gl 2,9), para celebrar muito mais convergências do que imaginamos. Vale a pena revisar a nossa prática que se cristalizou a partir da distância que mantemos. Em todo caso, aceitar resignadamente a conclusão – o credo divide, a ação une – pode até estimular ações ecumênicas das igrejas, o que não deixa de ser louvável, mas ouvir um ao outro como cada qual expressa a sua fé em credo, oração e liturgia, construirá mais pontes para a comunhão e o testemunho conjunto em palavra e ação.

⁵ Uma citação da declaração *Ecumenismo. Um compromisso luterano* da Igreja Evangélica Luterana na América, 1982; apud H. BRANDT (1986: 131).



3 Casa e casamento em foco

E quando crer e viver chegam à casa, ao casamento e à família? A fé vivida na reciprocidade, no inter-relacionamento da nova comunidade, cria um senso de pertença muitas vezes expresso através da metáfora dinâmica do corpo e seus membros (1Cor 12,13). O cuidado recíproco, a solicitude de uns para com os outros, despertado pelo cuidado maior recebido através de Jesus Cristo, encontra na comunhão eclesial seu espaço de atuação (1Cor 12,24-25). Especialmente para os neófitos carentes, a comunidade de Corinto tornou-se um lar onde até a segurança alimentar estava ou deveria estar garantida (1Cor 11,21). A metáfora da casa é usada explicitamente quando Paulo escreve aos gálatas, falando da comunidade eclesial como “os lá de casa/ *oikeious*” (Gl 6,10; Almeida: família; Jerusalém: “irmãos”). Os laços da fé na nova comunidade são comparados aos fortes laços parentais e familiares.

Apesar de que a casa tenha sido o espaço privilegiado para o surgimento das comunidades eclesiais, percebe-se uma certa tensão ou até competição entre a comunidade do seguimento a Jesus Cristo e o núcleo familiar, constituído de pai, mãe e filhos. Em caso de escolha entre as duas grandezas, a primeira terá prioridade sobre a segunda (Mc 3,31-35; Mc 10,29-30; Mt 19,29). Também Paulo não investe muito na instituição família no sentido de firmar novos laços, diante da iminência do Dia de Cristo; a sua preferência é que pessoas sem vínculos matrimoniais sigam o seu exemplo e permaneçam pessoas solteiras (1Cor 7,8-9), embora saiba que vida e sexualidade são dádivas do Criador. A casa e suas relações –marido/mulher, pais/filhos – é uma das esferas onde o cuidado recíproco despertado pela fé se materializará, segundo Paulo. A pessoa alheia à vida de fé poderá ser conquistada (santificada) pela outra, comprometida com a comunidade cristã (1Cor 7,14). Será o caminho do amor que “*tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta*” (1Cor 13,7) que transformará as relações familiares em convívio gratificante? Em caso de conflito entre o casal por causa da adesão à comunidade de uma das partes, a orientação não é simplesmente a aplicação do “*Não separe, pois, o que Deus uniu!*” (Mc 10,9), mas a vocação para a paz e a liberdade em Cristo tem prioridade, pois não se justifica a permanência numa relação matrimonial conflituosa onde alguém é reduzido à condição de escrava ou escravo (1Cor 7,15).

Quando a geração seguinte precisa se preparar para um período mais longo de convívio com a instituição matrimônio e família, elabora-



se uma ética que recebe influências do mundo circundante com seu pensamento hierárquico-patriarcal, deixando a mulher numa posição de desvantagem e de submissão (Ef 5,22-6; cf. Mc 10,11-12). A educação de filhos não acontece pautada pelo cuidado recíproco, mas pelo rigor da obediência, disciplina e admoestação (Ef 6,1-4).

As relações internas da casa foram marcadas mais por uma ética cristã que se alimentou no código dêutero-paulino de Efésios do que na construção do agir ético feito por Paulo. A sua insistência na fé no Deus de Jesus Cristo, que se materializa no cuidado de uns para com os outros (Rm 13,8), também deverá contagiar a dinâmica da casa, renovando e significando as relações de afetividade. Se a vocação maior do Evangelho ouvido na comunidade é para a vivência da paz (1Cor 7,15; Rm 12,18), esta necessariamente desconstruirá relações de hierarquia insustentável ou marcadas por uma educação autoritária que cria filhos e filhas inseguros e dependentes. Começo, meio e fim da proclamação do evangelho, segundo Paulo, podem ser condensados no conceito “liberdade”. Somos libertos de tudo que aliena, da soberba de acreditar que podemos dar um sentido aos nossos dias com nossos recursos e nossas realizações, ao invés de receber a vida como oferta do amor, da gratuidade e do perdão (Gl 5,1-6). Esse exercício da liberdade concedida por Deus, e não conquistada através de nossos projetos e empreendimentos, deverá estender-se ao domínio familiar e gerar relações que nascem de uma postura de gratidão e de quem está disposto a perdoar.

A casa é o espaço das relações afetivas⁷, da vivência de pessoas com biografias próprias, unindo-se para escrever novos capítulos da aventura, agora conjunta. Essa decisão de vida em comum, de comunhão e troca, de cuidado mútuo na alegria e na dor, de partilha de dons como a erótica e a sexualidade, pode ser administrada com a melhor das boas intenções, tendo tudo para dar certo. Essa mesma decisão de fundar uma casa, com todas essas implicações, pode também ser tomada com a consciência de humildade e sobriedade de que somos mais suscetíveis ao fracasso e ao erro do que imaginamos. Por isso, a casa há de ser fundada sobre o fundamento da gratuidade e do amor Daquele que “*tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta*” (1Cor 13,7).

⁶ Isto, no v. 22. No v. 21, porém, Paulo fala da recíproca submissão de uns aos outros.

⁷ Em sua *Ética* (1988, p. 102), Dietrich BONHOEFFER fala até em “...*direito à plena comunhão física fundamentado no amor recíproco dos cônjuges, direito distinto, mas ligado essencialmente, inseparável do direito à procriação...*” (p. 102).



Referências bibliográficas

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*, Petrópolis: Vozes, 1999.

BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. S. Leopoldo: Sinodal, 1988.

BRANDT, Hermann. Identidade luterana: ética, missão, diálogo das religiões. In: W. WACHHOLZ (coord.). *Identidade Evangélico-Luterana e Ética*. São Leopoldo: EST, 2005, p. 45-67.

BRANDT, Hermann (edit.). *Kirchliches Lehren in ökumenischer Verpflichtung*. Stuttgart: Calwer, 1986.

MUELLER, Ênio. Fundamentos da ética de Lutero. In: W. WACHHOLZ (org.) *Identidade Evangélico-Luterana e Ética*. São Leopoldo: EST, 2005, p. 11-26.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião*. Rumo a uma Teologia Feminista. São Leopoldo: Sinodal, EST, 1993.

TRILLHAAS, Wolfgang. *Ethik*. Berlim /Nova Yorque: Walter de Gruyter, 1959.

Endereço do Autor:

Rua Apeninos, 38, ap. 401

Córrego Grande

88037-620 Florianópolis, SC

E-mail: renatus.porath@gmail.com